

O ESTADO DE RONDÔNIA E OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Valdelise Martins dos Santos Ferreira¹, Monica Franchi Carniello², Fabio Ricci³
Marilsa de Sá Rodrigues Tadeucci⁴**^{1,2,3,4} Universidade de Taubaté/ Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Expedicionário Ernesto Pereira, 225 – Centro – valdelise@terra.com.br

Resumo- Marcada por uma série de projetos de desenvolvimento, a Amazônia se constitui como um desafio para conciliar crescimento e desenvolvimento sustentável e garantir qualidade de vida e sobrevivência das futuras gerações. Este artigo tem como objetivo detalhar os projetos que nortearam o desenvolvimento sócio-econômico do Estado de Rondônia. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem qualitativa e documental. Foram identificados e caracterizados programas como o Amazônia Sustentável (PAS) e o Programa Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia – PLANAFLORO, que elaborou o Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico do Estado. Os planos revelam que o papel estratégico de Rondônia marca na atualidade uma nova modificação na estrutura econômica e geopolítica regional, que passa pela aceleração de seu processo de desenvolvimento, com a estruturação da rodovia de acesso ao Pacífico e das obras de aproveitamento do potencial energético do Rio Madeira.

Palavras-chave: Amazônia. Rondônia. Zoneamento. Desenvolvimento Regional.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

Entender o Estado de Rondônia no contexto Amazônico é buscar se localizar num conjunto de programas e políticas que englobam um território com 5.217.423 km², composto por nove estados da federação: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Maranhão, com características locais e níveis de desenvolvimento distintos, integrados numa região que abrange 61% do território nacional, com uma população de 20,3 milhões de habitantes, 12,3% da população nacional.

A revisão bibliográfica contextualiza o deslocamento sócio-econômico no qual a região está inserida, como pólo irradiador de negócios para os mercados da América Latina, com as portas da Amazônia para o mundo, possibilidades comerciais crescentes e papel estratégico no fornecimento futuro de energia para novos empreendimentos no país e na América Latina; e o papel do Estado de Rondônia como parte desse corredor bi-oceânico, que liga o Atlântico ao Pacífico.

A geração de energia e a contextualização de Rondônia como corredor hidroviário a partir da construção das usinas hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, no Rio Madeira, também marcam um novo momento na diferenciação da atual configuração econômica, política e social do Estado, sendo importante conhecer as principais diretrizes traçadas pelo Estado para dar suporte a essa modificação geopolítica.

A proposta deste artigo é a de fazer uma leitura sobre a inserção do Estado de Rondônia no

contexto da Amazônia Legal, sistematizando os programas direcionados para a região nos últimos trinta anos, visando localizar e conhecer diretrizes, proposições e estratégias de inserção do Estado ao desenvolvimento regional e local.

A Economia do Estado de Rondônia. De acordo com as estimativas do PIB de 2005, o Estado de Rondônia possui o 3º maior Produto Interno Bruto (PIB) da Região Norte, que apresentou naquele ano um valor de R\$12.902 (doze bilhões, novecentos e dois milhões de reais), correspondendo a 12,1% do total da região Norte e 0,6% do Brasil. Rondônia sucede o Pará e o Amazonas. No mesmo período, o Estado foi o 11º colocado em crescimento em relação aos demais estados brasileiros, com índice superior aos estados das regiões Sudeste e Sul. Rondônia possui hoje a maior taxa de ocupação da população economicamente ativa da região norte, 94,6%. Isto inclui a renda média do trabalhador, R\$ 880,00, a maior da região. Desse total, 12,1% trabalha na indústria. Na região Norte apenas o Amazonas tem taxa um pouco superior (IBGE, 2007).

O processo de ocupação em Rondônia acompanhou o modelo exportador de matérias-primas que atingiam valor no mercado externo, consolidando sua economia numa base agropecuário-extrativista exportadora, como ocorreram com os outros ciclos econômicos da Região, como a borracha, a Castanha e a Cassiterita, todos voltados ao mercado externo. Estudos da Embrapa em Rondônia, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que compara a evolução do rebanho bovino com o desmatamento em um período de cinco anos, indica que a maior concentração do rebanho está nas regiões com mais de 80% de área desmatada. Em contrapartida, os municípios que apresentam o maior rebanho, apresentam também o maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), em torno de 0,75%, numa variação do IDH-M no Brasil que varia entre 0,4 e 09,%, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (EMBRAPA, 2008).

O Estado movimentou U\$197,532 milhões com o comércio de carne bovina para o mercado externo no primeiro semestre do ano de 2008, o que o tornou o quarto maior exportador do produto no Brasil. A atividade agropecuária mostra variações por região em Rondônia, uma vez que no Cone Sul do Estado, os locais de pastagens degradadas estão sendo ocupados por lavouras mecanizadas de arroz e soja, sendo que o preparo do solo para esse cultivo permite o aproveitamento de áreas já abertas, evitando novas derrubadas de floresta (EMBRAPA, 2008).

A floresta representa um grande cenário de riqueza para o Estado de Rondônia. Dentre seus produtos atuais, a madeira é o de maior valor econômico. A extração da madeira não foi acompanhada do reflorestamento necessário para impulsionar essa economia. A madeira chega a representar cerca de 90% da pauta de exportações do Estado. A atividade industrial ainda não agrega valor a produtos finais, mantendo um modelo de economia subdesenvolvida (AGRA, 2004).

Rondônia dispõe de um Parque Energético formado pela Usina Hidrelétrica de Samuel, de pequenas centrais hidrelétricas com potência inferior a 10 Mw e por termelétricas. As pequenas centrais elétricas têm sido importantes para o suprimento energético a pequenos núcleos populacionais isolados, não atendidos pelo sistema estadual interligado.

A economia do Estado de Rondônia representou, nos últimos cinco anos, apenas 0,5% no PIB nacional. Um estudo da Federação das Indústrias de Rondônia (FIERO) em 2005 sobre o Perfil dos Setores Produtivos de Rondônia e a previsão de cenários de desenvolvimento econômico para o Estado, indicam mudanças na dinâmica das atividades produtivas e um potencial de aceleração produtiva e econômica em Rondônia com os aproveitamentos hidrelétricos e o transporte hidroviário do Rio Madeira. Isso levará a uma maior integração do Estado com as economias regionais em termos de novos mercados entre Estados e países vizinhos. Entre as ações apontadas pelo estudo, destacam-se:

- Campanhas de promoção da imagem de Rondônia com ênfase nos produtos, serviços, atrativos turísticos e resultados bem sucedidos de empresas no estado;
- Realização de eventos e encontros culturais e científicos, com ampla divulgação jornalística e eletrônica sobre Rondônia;
- Articulação entre empresas, órgãos públicos, ministérios e suas agências, em especial as voltadas para o setor externo, como a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), para apoiar a melhoria da qualidade dos produtos para exportação (FIERO, 2005).

Nesse contexto estão situados os planos de desenvolvimento regional sistematizados nos resultados.

Metodologia

Na elaboração do artigo utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem qualitativa.

A coleta de dados, que consiste na localização de programas governamentais de desenvolvimento, foi realizada pela da Internet, buscando documentos disponíveis em sítios governamentais e de organizações civis ou empresas de consultoria que mantém banco de dados e arquivos sobre programas governamentais, para formar uma primeira referência.

Resultados

As políticas de colonização e desenvolvimento que se sucederam na Amazônia após a década de 70 são reflexos das políticas traçadas ainda no início da década de 50 pelo Plano de Valorização da Amazônia, desenvolvido pela extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que em 1966 foi transformada na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (AGRA, 2004).

Em 1970 foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN) para promover maior integração à economia nacional das regiões Norte e Nordeste. Na primeira etapa do PIN foram construídas as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. O Decreto-lei 1164, de 1º de abril de 1971, declarava indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal.

Paralelo ao PIN foram criados pólos de desenvolvimento como o POLOAMAZÔNIA, destinado à pesquisa dos recursos minerais. Centrado nas regiões de Carajás (PA), devido à extração do minério de ferro; de bauxita e alumínio

no rio Trombetas, próximo a Oriximiná (PA), e de cassiterita em Rondônia; POLOCENTRO, para a execução de estradas e implantação das condições de armazenagem na região central do País; POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, implantado no início da década de 80, coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (Sudeco), com recursos do Governo brasileiro e do Banco Mundial. Compreendia a área de influência da BR-364, no trecho entre Cuiabá (MT) a Porto Velho (RO).

O Estado de Rondônia abrange uma área de 237.576,167 km², que correspondem a 6,79% da Região Norte e a 2,86% do território nacional, situando-se dentro das coordenadas 7°58' e 13°43' de latitude Sul e 66°48' e 59°50' a Oeste de Greenwich, em área abrangida pela Amazônia Ocidental, e limita-se ao Norte e Nordeste com o Amazonas, a Leste e Sudeste com o Mato Grosso, a Oeste com a República da Bolívia e a Noroeste com o Acre. Rondônia passou à condição de estado em 22 de dezembro de 1981, através da Lei Complementar nº 041 e, atualmente, encontra-se dividido em 52 municípios. A população do Estado foi estimada em 2007 em 1.453.756 habitantes (IBGE, 2007)

O asfaltamento da BR-364 e os projetos de colonização favoreceram o processo de desmatamento em Rondônia, intensificando as atividades agropecuárias com a utilização de baixas tecnologias associadas ao baixo conhecimento da realidade local. Essas características fizeram com que Rondônia sofresse críticas no cenário internacional pelo problema da ocupação da Amazônia e o equilíbrio ecológico mundial. Para superar as críticas em torno da ocupação e do desmatamento, foi necessário o Estado promover um processo de correção de rumos do POLONOROESTE.

Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico. Os Estados de Rondônia e Mato Grosso foram os primeiros estados da Amazônia Legal a concluir o zoneamento, instituído em 14 de junho de 1988, através do Decreto Estadual nº 3782, na escala 1:1.000.000 e ratificado pela Lei Complementar nº 052, de 20 de dezembro de 1991.

A partir de 1986, incorporando a idéia de regulação de uso do território, surgiu o PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia. O contrato com o Banco Mundial foi assinado em setembro de 1992 (BR3444), prevendo gastos totais de US\$ 229 milhões, dos quais US\$167 milhões provenientes de empréstimo do Banco Mundial. O mutuário foi o Governo Federal, com execução a cargo do Governo de Rondônia e outras agências governamentais.

O PLANAFLORO tinha como objetivos: a) implementar políticas, regulamentos e programas de investimentos destinados a promover o desenvolvimento sustentável de Rondônia; (b) conservar a biodiversidade de Rondônia; (c) proteger e fazer valer as fronteiras de todas as Unidades de Conservação, Áreas Indígenas, florestas públicas e reservas extrativas, bem como controlar e prevenir o desflorestamento, o transporte de madeira e as queimadas de florestas em Rondônia que sejam contra as leis brasileiras; (d) desenvolver sistemas agrícolas integrados em áreas apropriadas para agricultura permanente e para agroflorestas; (e) apoiar investimentos prioritários em infra-estrutura socioeconômica e serviços para implementar o zoneamento agroecológico de Rondônia; e (f) consolidar a capacidade técnica e operacional das instituições de Rondônia. A execução do projeto deveria encerrar-se no final de 1996. Apesar dos resultados obtidos, muitos problemas foram encontrados para a execução do plano (PDR, 2001).

O PLANAFLORO foi estruturado em torno do ZSEE (Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico), da preservação de Unidades de Conservação e da demarcação de terras indígenas. No entanto, tanto o POLONOROESTE como o PLANAFLORO, de acordo com os teóricos e técnicos que trabalharam no plano, foram programas planejados de cima para baixo e não levaram em conta as necessidades específicas das populações e da economia do estado, o que pode ter levado à falta de sustentabilidade política que faltou para a sua implementação.

Com a Revisão de Meio Termo, em 1997, uma reestruturação do PLANAFLORO construiu as bases para sua conclusão, assegurando o apoio da sociedade civil através de um Fórum de organizações não governamentais, do governo estadual, do governo federal e do Banco Mundial. Em conseqüência, iniciou-se nova fase do projeto, com maior participação da sociedade civil. Os objetivos foram refinados, introduzindo-se com mais clareza a implementação do Zoneamento Agro ecológico e Econômico de Rondônia e o suporte a iniciativas de desenvolvimento rural socioeconômico e conservação ao nível local. (ÚMIDAS, 1998).

O Ministério da Integração Nacional observou que os principais resultados alcançados pelo programa foi a Lei do Zoneamento Sócio-econômico-Ecológico que se deu em 06 de junho do ano 2000, a retomada dos convênios dos Projetos de Apoio às Iniciativas Comunitárias, a conclusão do zoneamento com a conseqüente formação do banco de dados atrelado ao estudo e implantação do grupo de ordenamento territorial.

Na primeira aproximação, o zoneamento dividiu o estado em seis grandes zonas, mas o ZSEE (Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico) não comportava enquadrar todas as iniciativas de uso do solo. A segunda aproximação, mais detalhada, pode ser usada com maior flexibilidade como instrumento de orientação do planejamento e das ações do setor público (ABR, 2006).

A Agenda Úmidas (1998) destacou dez ações mais importantes para o desenvolvimento sustentável de Rondônia para servirem de pontos de partida para a formulação de caminhos estratégicos. Entre os fatores positivos para impulsionar o desenvolvimento, reforça a necessidade para que os governos gerem os incentivos adequados para viabilizar as vocações econômicas do estado. A Agenda Úmidas apontou dez diretrizes: 1) Reforma do Estado; 2) Mudança na matriz energética; 3. Reforma agrária; 4. Hidrovia do Rio Madeira e Saída terrestre para o Pacífico; 5. Agroindustrialização; 6. Turismo ecológico-cultural; 7) Gestão ambiental; 8. Melhoria da Qualidade de Vida 9. Enraizamento Cultural e Ilustração Científica e Técnica: 10. Consolidação da Democracia

A Agenda Positiva (1999), para Rondônia evidenciou em 1998 que o Estado não dispunha de poupança interna para financiar o seu desenvolvimento sustentável e implantar os programas apontados pelo ZSEE, a conservação dos seus recursos naturais e a proteção das áreas institucionais estabelecidas. Apontou, neste sentido, ser indispensável a presença do Governo Federal na promoção do financiamento do desenvolvimento do Estado de Rondônia, formando um novo pacto federativo União/Estado. O relatório estimou em R\$3,5 bilhões, o montante de recursos necessários para o financiamento do desenvolvimento sustentável do Estado, durante um período de cinco anos para programas socioeconômicos e ambientais.

Recuperação de Florestas e o Programa Amazônia Sustentável. O Programa Amazônia Sustentável (PAS), lançado em 2008, substituiu o Programa Piloto para as Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), que trabalhou na região de forma experimental desde 1995. O programa fomenta o desenvolvimento sustentável, o uso e a proteção dos recursos naturais, a relação com as comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas ou ribeirinhas e o conhecimento que possuem da região. Orçado em cerca de R\$1 bilhão de reais, o PAS sistematiza os programas já existentes, incluindo medidas como a criação de linha de crédito especial para o reflorestamento e a recuperação de áreas degradadas. O desafio é trocar o desmatamento pela agricultura e outras atividades que possibilitem o sustento sem prejudicar a mata. (MP, 2006).

Tratado de Cooperação Amazônico. A integração da Amazônia sul-americana constitui outro elemento estratégico para consecução do PAS, tendo em vista a possibilidade de desenvolvimento da região que dela advém. Dentre os requisitos para construção de uma agenda comum com parceiros de países vizinhos, é essencial o fortalecimento e a participação ativa na Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA, 1980) e o aprofundamento das relações entre as comunidades fronteiriças, em nível local, através da utilização da infra-estrutura instalada nos núcleos urbanos e consolidando as relações.

Deve-se destacar, ainda, a importância da conclusão da Rodovia Transoceânica, que, cortando os Andes Peruanos, permitirá a conexão da Amazônia Meridional com os portos peruanos de Illo, Matarani e Mollendo, no Oceano Pacífico.

Programa de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional de Rondônia.

O Programa de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional de Rondônia é uma iniciativa em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. O programa constitui o suporte técnico e administrativo para o Plano de Desenvolvimento do Estado de Rondônia e foi concebido em módulos que englobam o Diagnóstico de Configuração Espacial e execução da Proposta Preliminar de Regionalização para o Estado de Rondônia; Módulo II: Propostas e Estratégias de Desenvolvimento; - Módulo III: Consolidação do Banco de Dados / Sistema de Informações para o Planejamento.

A Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN) deu início ao processo de planejamento para o desenvolvimento do Estado de Rondônia em 2005. O Governo de Rondônia firmou em 2006 Termo de Cooperação com o Governo do Estado de São Paulo, com o objetivo de transferência de tecnologia e colaboração institucional para a implantação de Programas de Governo. (SEPLAN, 2009)

Discussão

Rondônia é o Estado com maior percentual de área desmatada em relação ao território (28,50%). Até 1978, esse percentual era de apenas 1,76%. O crescimento da população e a migração estimulada são apontados como fatores que aceleraram o desmatamento, além do crescimento da indústria madeireira, aliado à ampliação da rede viária; e as queimadas realizadas para manejo de pastagens e áreas agrícolas (IBGE, 2007).

O núcleo da estratégia deveria ser o programa de universalização e melhoria da qualidade da educação, o crescimento da oferta de saneamento básico, a superação das deficiências de transporte e energia, que impedem a melhoria da qualidade de vida e o crescimento das cidades. A melhoria das condições de acesso dos agricultores à terra, com um amplo processo de reforma agrária e as reformas fiscal e do Estado, também foram apontadas como pré-requisitos para que o Estado de Rondônia se fortaleça para promover e viabilizar seu desenvolvimento sustentável.

Na questão da infra-estrutura, a falta de saneamento básico se destaca como aspecto negativo, enquanto sua existência se considera aspecto positivo para melhorar as condições de vida, especialmente nas cidades. Entretanto, o terceiro grande obstáculo ao desenvolvimento, depois do governo, política econômica e educação, é a precariedade dos transportes. Ainda assim, a questão energética surgiu como a mais prioritária, na área de infra-estrutura.

Conclusão

O Brasil ainda está definindo uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), mas ainda não dispõe de um sistema nacional integrado e hierarquizado que possibilite uma ação coordenada dos diferentes níveis de governo no território. O que existe é uma grande diversidade de planos, projetos, leis e instrumentos isolados de intervenção, adotados pela União, Estados e Municípios, freqüentemente de forma conflitante.

Algumas considerações levantadas pelo Projeto Úmidas em 1998 mostravam que o quadro de Rondônia tinha muitas deficiências naquele momento, e os indicadores sociais, econômicos e ambientais apontavam para um futuro de insustentabilidade se não houvesse políticas corretivas de rumo, embora a economia pudesse continuar a crescer, porém de forma insustentável. O relatório apontou seis programas prioritários e estruturantes e dez diretrizes de ação para serem desenvolvidas que garantiriam a base para a sucessão das demais condições.

O secretário da Secretaria de Políticas Regionais do Ministério da Integração Nacional informou no mês de fevereiro de 2009 a parlamentares da bancada de Rondônia que já existe a minuta de um decreto propondo a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para o sudoeste da Amazônia, que envolve dez regiões estaduais de planejamento: Porto Velho, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Rolim de Moura, Costa Marques e Guajará-Mirim.

Referências

AGRA, KLONDY LÚCIA DE OLIVEIRA. **Visão Colonizadora e Desenvolvimento de Rondônia**. Março de 2004 Disponível em: <http://www.primeiraversao.unir.br/artigo137.html> - Acesso em: 05 maio 2009.

DECRETO-LEI 1164. **Abr. 1971**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=198606> Acesso em: 03 jan. 2009.

EMBRAPA. Oliveira, Samuel José de Magalhães. **Pesquisa compara a evolução do rebanho bovino com o desmatamento**. 2008. Disponível em: <http://www.cpafrro.embrapa.br/manchete228.html> - Acesso em 05 maio 2009..

EMBRAPA. **Monitoramento por Satélite**. 2008. Disponível em: (<http://www.machadinho.cnpm.embrapa.br/conteudo/polono.html>) Acesso: em 05 maio 2009..

FIERO. **Federação das Indústrias do Estado de Rondônia**. 2005. Disponível em: www.fiero.org.br/ Acesso em: 05 maio 2009.

IBGE. **Mapas Temáticos da Amazônia Legal**. 25 de jan. 2007. Disponível em: www.ibge.gov.br, Acesso em: 05 maio 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Relatório de Análise do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antonio e Jirau, no Rio Madeira, Estado de Rondônia**. Cobrape – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos, 2006.

POLÍTICAS PÚBLICAS. **Agenda Positiva**. Julho de 1999. Disponível em: www.amazonia.org.br. Acesso em: 05 maio 2009.

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. **Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira**. Disponível em: www.mma.gov.br Acesso em: 12 fev. 2009.

PDR - PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Planaflo. Ministério da Integração Regional. Avaliação dos programas**. Disponível em:

http://www.abrasil.gov.br/avalppa/site/content/av_prog/PD/25/progPD25.htm. Acesso em 07 nov. 2009.

PROJETOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS.

Disponível em:
(www.ambientebrasil.com.br/rondonia/projetoseprogramasambientais). Acesso em: 05 maio 2009.

PROJETO ÚMIDAS. Agenda Úmidas: Diretrizes Estratégicas para o Desenvolvimento Sustentável de Rondônia. Porto Velho, 1998.

PROJETO ÚMIDAS. Um Enfoque Participatório para o Desenvolvimento Sustentável. O Caso do Estado de Rondônia. Porto Velho, 1999.

PROPOSTA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL.

Versão Preliminar para discussão. Secretarias de Política de Desenvolvimento Regional. 2008. Disponível em:
<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pnot>. Acesso em: 05 maio 2009.

RONDÔNIA. Aspectos fitogeográficos. 18 de jan. de 2006. Disponível em:
www.ambientebrasil.com.br. Acesso em: 05 maio 2009.

SEPLAN. Crescimento do PIB de Rondônia supera os das regiões Sudeste e Sul. 2008.

Disponível em:
<http://www.seplan.ro.gov.br/noticias.asp?id=942&tipo=Noticia>. Acesso em: 05 maio 2009.

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA.

Adotado em 03.07.78 em Brasília e promulgado em 18.08.1980. Disponível em:
<http://www2.mre.gov.br/dai/tca.htm>. Acesso em: 05 maio 2009.

SEPLAN . SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE RONDÔNIA –

Entrevista com o secretário João Carlos Gonçalves.2007. Disponível em:
www.rondonia.ro.gov.br; Acesso em 27 abr. 2009.